AFRICAN UNION

الاتحاد الأفريقي

UNION AFRICAINE

UNIÃO AFRICANA

P. O. Box 3243, Addis Ababa, ETHIOPIA Tel.: 00251-11-5517700 Cable: AU, ADDIS ABABA
Website: www.africa-union.org

CONFERÊNCIA DA UNIÃO AFRICANA

DÉCIMA PRIMEIRA SESSÃO ORDINÁRIA
30 DE JUNHO – 1 DE JULHO 2008
SHARM EL-SHEIKH, EGIPTO

Assembly/AU/7 (XI)

ALTA DE PREÇOS DOS ALIMENTOS: PRIORIZAR OS INVESTIMENTOS A FIM DE COMBATER A INSEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

Alta de Preços dos Alimentos: Priorizar os Investimentos a fim de Combater a Insegurança Alimentar e Nutricional[1]

I. Contexto da Alta de Preços dos Alimentos em África

a) Situação Actual

1. O mundo está a sofrer actualmente uma dramática alta de preços de produtos alimentares de base. Em 2006, o índice FAO dos preços dos alimentos aumentou de 8 por cento e por um outro aumento de 24 por cento em 2007. Durante o primeiro trimestre de 2008, o índice médio foi mais elevado em 53 por cento em comparação ao mesmo período de 2007. Esta alta de preços dos alimentos foi rápida, sustentada e em todos os principais produtos de base, bem como os produtos lácteos e pecuários. A África é uma das regiões mais afectadas. Por exemplo, na Cote d'Ivoire, os preços do arroz alcançaram, em Março de 2008, o dobro dos seus níveis um ano antes, enquanto no Senegal, os preços do trigo registaram, em Fevereiro de 2008, o dobro dos seus níveis um ano antes; e os preços do sorgo aumentaram de 56 por cento. Na Nigéria, os preços do Sorgo e do milho-miúdo duplicaram nos últimos cinco meses. Na Somália, os preços da farinha de trigo no norte do país quase que triplicou nos últimos doze meses, enquanto que no Sudão (Cartum), os preços aumentaram de 90 por cento. O preço do milho, no Uganda, foi 65 por cento mais alto em Março de 2008 do que em Setembro de 2007. Em Março de 2008, os preços do milho em Moçambique (Maputo) foram de 43 por cento mais altos do que um ano antes. Além disso, tem havido maior volatilidade de preços do que no passado, que á mais longa do que nos eventos passados de alta de preços. Hoje em dia, os preços permanecem elevados, apesar da retoma da produção mundial de cereais, que aumentou de 4,7 por cento em 2007, e 2,6 por cento 2008 (projecção). As projecções disponíveis a médio prazo, feitas pelo Instituto Internacional de Pesquisa da Política Alimentar (IFPR) e pela OCDE/FAO, indicam que os preços dos alimentos vão permanecer acima do seu nível de tendência anterior para o futuro previsível. Os preços dos produtos alimentares de base para os próximos dez anos serão eventualmente mais alto do que durante os dez anos anteriores, embora se espere uma pequena descida em 2009 ou 2010.

2. Devido ao aumento dos preços dos alimentos, os estados da balança de pagamentos pioraram nos Países de Baixo Rendimento com Défice Alimentar (PBRDA). O custo total das importações dos alimentos para os países em desenvolvimento foi de 254 mil milhões de $EU em 2007, cerca de 33 por cento mais elevado do que em 2006, que já era 13 por cento mais elevado do que em 2005. As facturas anuais de importação de alimentos para os PBRDA foram mais do que o dobro do seu nível em 2000. Em consequência, em alguns países, a deterioração considerável nas suas contas actuais eleva-se às vezes a mais de 3 por cento do PIB. Neste contexto, resolver as questões dos preços elevados da importação de alimentos e de produtos energéticos coloca um fardo pesado sobre os PBRDA, nomeadamente, quando têm que se atacar aos problemas actuais de subnutrição. Os países Africanos são particularmente muito afectados. Além disso, o Banco Mundial considera que cerca de 100 milhões de pessoas foram levados à pobreza como consequência do aumento dos preços durante os últimos dois anos. Isto deu origem a manifestações, greves e até

[1] A Comissão da UA gostaria de agradecer pelas contribuições da FAO, do PAM e do IFPRI na preparação do presente relatório.

contribuiu para a instabilidade política. A agitação ligada à alta de preços dos alimentos já foi registada em alguns países em África, incluindo Burkina Faso, Camarões, Egipto, Guiné, Mauritânia, Marrocos e Senegal. Todavia, a subida de preços dos alimentos pode ser analisada, não somente como uma ameaça, mas também como uma oportunidade. Os países exportadores líquidos e vendedores líquidos nacionais vão muitas vezes beneficiar do aumento dos preços, se os sinais dos preços forem transmitidos devidamente aos produtores. A alta dos preços pode aumentar os rendimentos, levar a uma expansão na produção e encorajar investimentos adicionais nos factores de produção.

b) As Causas da Alta de Preços dos Alimentos

3. Cinco razões principais explicam o aumento nos preços de alimentos.

   i. A produção mundial de cereal diminuiu de 3,6 por cento em 2005 a 6,9 por cento em 2006, devido às más condições climáticas nos principais países produtores, tal como a Austrália;

   ii. Os níveis das reservas são muito baixos, o que aumenta o impacto do défice uma vez que os mercados receiam a falta de um amortecedor;

   iii. Os preços do petróleo e os dos alimentos são altamente ligados, com um coeficiente de correlação estimativa de mais de 0,6. A subida rápida nos preços de petróleo exerceu uma maior pressão sobre os preços dos alimentos, uma vez que os preços dos fertilizantes quase que triplicaram, enquanto os custos de transporte duplicaram num espaço de dois anos;

   iv. Uma procura crescente do sector dos biocombustíveis contribuiu também para o aumento dos preços. Considera-se que cerca de 100 milhões de toneladas de cereais (cerca de 4,7 por cento da produção mundial de cereais) estão sendo utilizadas para a produção de combustível biológico em 2007/08. Em 2007/08, só os Estados Unidos da América pretende utilizar cerca de 80 milhões de toneladas de milho para produzir etanol, seja um aumento de 37 por cento do que no período anterior;

   v. O crescimento económico em alguns grandes países em desenvolvimento provoca mudanças na dieta e uma maior procura para os produtos agrícolas. Durante os últimos 15 anos, o consumo de carne foi mais do que o dobro na China e aumento de 70 por cento no Brasil e 20 por cento na Índia. Uma vez que se precisa de 7kg de cereais para produzir 1kg de carne, esta mudança na dieta provoca também o aumento dos preços dos cereais.

c) Tendências Mundiais da Alta de Preços dos Alimentos a Longo Prazo

4. Os preços de muitos produtos agrícolas têm vindo a aumentar desde 2001 e, em particular, subiram em flecha em 2007 e 2008 (vede Figura 1). A alta actual nos preços dos alimentos diferencia-se per si dos anteriores na sua duração e na sua amplitude. O aumento afectou quase todos os produtos agrícolas, apesar de ser em graus diferentes. A volatilidade dos preços aumentou de igual modo.

Figura 1: Índices mensais FAO dos preços de diversos grupos de bens alimentícios (1998-2000=100) para a Carne; Produtos lácteos; Cereais; Óleos e Açúcar.

5. Os preços futuros dos alimentos constituem uma incógnita. Factores temporários, tais como a seca na Austrália ou a recessão nos Estados Unidos da América, vão diminuir. Porém, as mudanças de padrões de procura, os preços elevados de combustíveis e de fertilizantes, bem como as alterações climáticas são mais estruturais. Os preços elevados devem, em princípio, levar a uma maior produção, e uma redução dos preços. Ainda mais, os efeitos das alterações climáticas sobre a produção agrícola e a procura dos biocombustíveis (ligando os mercados dos alimentos e do combustível) criam uma incerteza considerável sobre o mecanismo "normal" do mercado. Além disso, persiste também a incerteza sobre o potencial para a (bio) tecnologia no aumento dos rendimentos e para a segunda geração dos biocombustíveis satisfazer as necessidades energéticas sem afectar o mercado alimentar. Apesar destas incertezas, a maioria das instituições predizem que os preços da maioria dos produtos de base vão subir em flecha em 2008 ou 2009, e em seguida diminuírem gradualmente, porém a níveis que permanecem relativamente altos. Os níveis médios de preços dos alimentos para os próximos 10 anos serão eventualmente mais altos do que nos últimos 10 anos (vede Figura 2).

Figura 2: Previsões dos Preços dos Alimentos

Média das Previsões da EIU, FAPRI, IFPRI, OCED/FAO, USDA e Banco Mundial (2000=100) para o Milho, Trigo, Arroz, Óleo de Soja, Soja e Sorgo

6. As reservas mundiais de cereais têm vindo a diminuir visto que a procura ultrapassou a oferta nos últimos anos. As reservas de cereais alcançaram os seus níveis mais baixos em mais do que duas décadas. As reservas baixas contribuíram para a volatilidade dos preços, que foram relativamente mais altos nos últimos anos. Os custos elevados de transporte contribuíram também para a volatilidade dos preços. O aumento recente veio depois de uma diminuição prolongada nos preços de muitos produtos agrícolas, tendo alcançado níveis baixos históricos nos últimos anos 1990. Os preços dos cereais têm vindo a declinar porque a produtividade beneficiou da Revolução Verde, enquanto crescimento da procura tem vindo a abrandar em consequência do baixo crescimento da população, da pobreza persistente em alguns países e o alcance de níveis médios e altos de consumo de cereais noutros países, tal como a China.

II. Impactos e Implicações da Alta de Preços dos Alimentos

a) Impactos nas Economias Nacionais e Regionais

7. A alta mundial de preços dos alimentos afecta os países de forma diferente, segundo sejam exportadores líquidos ou importadores líquidos dos alimentos. Os países exportadores líquidos vão beneficiar e possuir termos de comércio mais elevados. Os países importadores líquidos, por seu turno, vão enfrentar termos de comércio mais baixos e uma factura elevada de importação dos alimentos. Os países Africanos são, de uma maneira geral, importadores líquidos de alimentos, o que significa que os preços mais elevados de alimentos levaram a uma perda global dos seus termos de comércio. Além disso, a maioria dos países Africanos são importadores líquidos de combustíveis. Por conseguinte, enfrentam maiores custos de importação de petróleo acima dos custos elevados de importação de alimentos. O aumento dos custos do combustível contribui também para o aumento dos preços dos alimentos

através do seu impacto sobre os custos das fretes e do transporte. Por exemplo, o custo do transporte para os carregamentos do PAM, de Beaumont, em Texas, EUA, para Djibuti aumentou de 55 por cento entre Dezembro de 2006 e Fevereiro de 2007.

8. A alta mundial de preços dos Alimentos leva a uma vulnerabilidade crescente dos países em desenvolvimento importadores de alimentos. As importações de alimentos como uma "válvula de segurança" quando os países sofrem de défice na produção nacional têm um efeito amortecedor nos preços. Porém, o aumento internacional dos preços e as restrições das exportações tornaram esta válvula de segurança mais difícil a operar. Muitos países, tais como Argentina, Egipto, Índia, Kasaquistão, Rússia, Ucrânia e Vietname, impuseram taxas de exportação, interdição de exportação e restrições de exportação. Com poucas excepções, a maioria dos países Africanos têm a tendência de continuar políticas restritivas de comercialização de alimentos (tais como tarifas de importação e proibições sobre as exportações) e isto limita a transmissão de mudanças nos preços internacionais. A fraca transmissão poderia parecer ser benéfica no caso de aumento dos preços (através da protecção dos consumidores nacionais do aumento dos preços dos alimentos), mas pode também ser desfavorável na medida em que os ganhos de preços internacionais mais baixos não vão beneficiar os consumidores nos países importadores. Mais geralmente, pode tornar-se oneroso para a tesouraria e criar disfunções estruturais e provocar a longo prazo factores de desincentivo para a produção e o comércio nacionais, que finalmente pode ser muito mais prejudicial para as ofertas de alimentos e para os respectivos preços.

9. Nos países em desenvolvimento, os alimentos representam tipicamente uma maior quota-parte do índice de preço do consumidor, daí que o aumento de preços dos alimentos vai levar ao aumento da pressão da inflação. Espera-se que a inflação global aumente, em África, de 6,4 por cento, em 2006, e 6,3 por cento em 2007 para 7,5 por cento em 2008, esperando-se também que mais de 10 países tenham taxas de inflação de dois dígitos.

10. A alote de preços dos alimentos poderia também contribuir para desequilíbrios fiscais. As despesas dos Governos sobre programas líquidos de segurança, quer baseadas nos alimentos, quer não, vão provavelmente aumentar, ou por causa do aumento do número de beneficiários, ou do crescimento do custo por beneficiário, ou ambos. Além disso, vários Governos reduziram as taxas e as tarifas sobre os alimentos a fim de aliviar o impacto.

b) Efeitos a nível dos lares

11. A alta de preços dos alimentos pode minar o combate à fome, na medida em que tornam mais difícil o acesso dos indivíduos aos alimentos. Os grupos sociais mais vulneráveis à alta de preços dos alimentos são os que compram mais alimentos do que vendem (compradores líquidos), gastam uma parte considerável dos seus rendimentos para aquisição dos alimentos e têm uma margem de manobra reduzida à sua disposição. Estes grupos incluem os pobres urbanos, os rurais sem terra, os pastores e muitos pequenos agricultores e camponeses (quer porque cultivam produtos agrícolas não alimentares, de pendem de vendas limitadas de gado, ou porque compram mais alimentos do que vendem). Os pastores são os mais vulneráveis, na medida em que podem sofrer ao mesmo tempo da queda dos preços dos produtos pecuários. Daí, os

termos de comércio entre os cereais e os produtos pecuários podem cair vertiginosamente, muitas das vezes num curto período de tempo.

12. Para os lares vulneráveis, a alta dos preços terão um impacto imediato sobre a quantidade e a qualidade dos alimentos consumidos. Vão reduzir o número de refeições, reduzir a quantidade das refeições e reduzir as despesas dos alimentos não básicos. Os alimentos não básicos são muitas das vezes os principais fornecedores de gordura, minerais e vitaminas, que são essenciais para o crescimento e a manutenção de uma vida saudável e produtiva. Estas estratégias terão consequências significativas, especialmente para os grupos mais vulneráveis (os doentes, idosos, crianças e mulheres grávidas). Os lares podem também reduzir as despesas de outras necessidades básicas, tais como a educação e a saúde, ou venderem factores de produção com efeitos negativos sobre a sua subsistência actual e futura.

13. O Banco Mundial considera que 100 milhões de pessoas foram levadas à pobreza em consequência das altas de preços durante os últimos dois anos. A análise de riscos levada a cabo pelo PAM em alguns países revela que o impacto sobre a segurança alimentar dos lares será significativo. É provável que a alta de preços dos alimentos vai tornar o combate à fome uma luta árdua, se os preços dos alimentos permanecerem altos e se não forem tomadas iniciativas adicionais para aliviar o impacto.

III. Respostas propostas perante a Alta de Preços dos Alimentos

14. Embora a situação actual coloque desafios de políticas em várias frentes, existem acções eficazes e coerentes que podem ser levadas a cabo para ajudar os grupos sociais vulneráveis através da assistência humanitária, de políticas de comércio, de investimento e de protecção social. Tendo em conta a emergência de assistir as pessoas e os países necessitados, as acções políticas aqui sugeridas foram divididas em dois grupos: as acções imediatas a curto prazo e as acções a longo prazo a ser faseadas agora, mas cujo impacto pode levar tempo. Centrar-se somente no alívio da crise a curto prazo pode fracassar a resolução dos problemas profundos e trazer o ressalto necessário no sistema alimentar.

15. Esta abordagem leva a oito acções principais, que requerem todas uma atenção imediata, mas cujos efeitos sobre os pobres, sobre a agricultura e sobre a economia como um todo vão ser diferentes ao longo do tempo, dos efeitos imediatos aos do futuro. A primeira série de acções, isto é, as acções imediatas a curto prazo, vão satisfazer as necessidades imediatas de assistência alimentar e de maior disponibilidade alimentar. O segundo conjunto de acções, nomeadamente as acções de investimento a médio e curto prazos, vão satisfazer a necessidade de edificar um sistema alimentar mais resistente que pode vencer desafios em curso e futuros.

16. Eis as oito acções de políticas propostas:

(a) As Acções imediatas a curto prazo:

1. **Aumentar as respostas de emergência e a assistência humanitária**. As agências nacionais de emergência atacam-se tipicamente às calamidades naturais e às emergências humanitárias complexas, mas não se preocupam com pequenos primeiros sintomas como a presente crise dos

preços. Este padrão deve mudar. As agências de emergência devem adoptar estímulos que as vão activar perante crises como a actual. É preciso investir muito mais na prevenção e mobilizar as suas capacidades muitas das vezes enormes para monitorizar e ajudar os grupos sociais que necessitam de ser visados. As agências nacionais de emergência precisam também de colaborar com as organizações que tratam das questões crónicas de alimentação, agricultura e nutrição aos níveis nacional e internacional. Tendo em conta a natureza da crise dos preços, os decisores devem prestar a devida atenção aos pobres urbanos. As transferências de alimentos ou de dinheiro devem ser alargadas e devem ter como alvo os mais pobres, centrando-se na nutrição das crianças de tenra idade, nas regiões desfavorecidas, a alimentação escolar com rações para comer em casa, assim como alimentos e dinheiro para o trabalho. As Organizações Não Governamentais (ONG's) e as Organizações da Sociedade Civil têm um papel crucial a desempenharem nas referidas acções. As transferências visadas vão proteger os níveis de consumo alimentar das populações atendidas pelos programas em curso. Um maior financiamento vai prevenir uma deterioração posterior da segurança alimentar e nutricional e aumentar a prevenção de emergência.

2. **Eliminar as proibições das exportações dos agrícolas.** As proibições das exportações entre os países em desenvolvimento criou um novo cenário de política comercial. Os Governos têm um interesse legítimo de cuidar primeiro dos seus cidadãos. Por isso, não deve haver ilusões: o problema das proibições das exportações não podem ser resolvidos país por país. Embora os novos ventos das restrições das exportações requerem uma atenção internacional urgente, esta questão não pode ser acrescentada na lista dos pontos da Ronda de Negociações de Doa a título da OMC. Ao invés, deve ser abordada por um fórum *ad hoc* de actores mundiais negociando de acordo com um código de conduta e num espírito de confiança mútua. No mínimo, o comércio de exportação por razões humanitárias deve ser reaberto agora antes da convocação de um fórum. A eliminação das proibições da exportação vai estabilizar a flutuação dos preços dos cereais, reduzir os níveis dos preços em tanto como 30 por cento, bem como melhorar a eficácia da produção agrícola.

3. **Levar a cabo programas de produção alimentar com efeitos rápidos em áreas-chave (sementes, fertilizantes, créditos...).** Uma acção a curto prazo visando promover o crescimento agrícola requer o acesso às sementes, aos fertilizantes e aos créditos para o sector dos pequenos agricultores. Hoje em dia, boas sementes para uma agricultura que depende da chuva, especialmente em África, são essenciais para aumentar a produção. De igual modo, os pequenos agricultores devem ter acesso aos programas de aquisição dos seus produtos agrícolas a preços mínimo garantidos que reflectem os preços do mercado internacional a longo prazo. Programas cuidadosamente subsidiados para sementes, fertilizantes, irrigação, electricidade e água devem envolver o sector privado, desde o princípio e facilitar uma transição para "programas financeiros" iniciais para disposições com base no mercado. Tais programas subsidiados devem ser centrados e limitados aos países menos desenvolvidos. O calendário destas acções é crucial para alcançar um

incentivo de produção rápida para os pequenos agricultores o sector de pequenos negócios ligados à agricultura. Os bancos e os financiamentos são também cruciais para o sucesso. Estes programas a curto prazo devem ter estratégias de saída claramente definidos e comunicados. Embora a resposta de produção seja rápida, ela precisa de ser centrada nos rendimentos elevados ao invés da expansão da área. Programas de produção de efeitos rápidos vão arrancar o crescimento agrícola a curto prazo, criar oportunidades de ganho de rendimentos nos preços em alta ou em baixa.

4. **Mudança das políticas de biocombustíveis.** Um conjunto de medidas deve ser considerado para tornar mais disponíveis os cereais e as sementes oleosas actualmente utilizados como combustível ambos para alimentação e indústria. Estas medidas incluem o cancelamento da produção de biocombustível nos níveis actuais, reduzi-la, ou impor uma moratória para os biocombustíveis baseados nos cereais e nas sementes oleosas (isto é, suspender temporariamente o uso de cereais e de sementes oleosas para a produção de biocombustível) até que os preços baixem a níveis razoáveis em conformidade com a oferta e a procura a longo prazo. Ao mesmo tempo, maior apoio deve ser concedido ao desenvolvimento de tecnologias de bioenergia que não concorrem com a alimentação. Uma moratória sobre os biocombustíveis baseados nos cereais vai rapidamente deixar caminho aos cereais e sementes oleosas para alimentação. Esta medida poderá reduzir os preços do milho em cerca de 20 por cento e, por conseguinte, diminuir os preços do trigo em cerca de 10 por cento.

(b) As Acções a longo prazo:

5. **Acalmar os mercados com regulação da especulação orientada no mercado, reservas públicas de cereais comuns, financiamento consolidado de importação de alimentos, e assistência alimentar fiável.** A especulação é principalmente uma consequência, e não uma causa, da crise de preços, por conseguinte, uma super-regulação e um policiamento do mercado seriam respostas inadequadas. Porém, medidas de fiscalização e regulamentar, tais como a monitorização do capital especulativo ou a limitação de comercialização futura, devem ser tomadas a fim de inverter uma especulação excessiva nos mercados de produtos agrícolas. Sob as condições actuais apertadas do mercado, seria inviável acumular uma reserva mundial de cereais que poderia trazer o efeito calmante desejado nos mercados. Todavia, Acordos sobre exploração em comum de porções fixadas de reservas nacionais a nível regional ou mundial pareceriam viáveis. Um conjunto coordenado de promessas de contribuições para uma reserva modesta de cereais a serem feitas pelos principais países produtores de cereais (incluindo desembolsos coordenados a partir das reservas para emergências regionais quando os preços sobem excessivamente acima do que indicam os princípios do mercado) deve ser estabelecido aos níveis mundial ou regional. Uma rede de inteligência mundial deve informar a gestão destas reservas internacionais coordenadas. A exploração em comum das reservas públicas mundiais ou regionais, complementada por uma facilidade de financiamento da importação, permitiria aos países com maior défice alimentar numa particular região a ter acesso ao

abastecimento alimentar a preços razoáveis e estáveis em tempo de crise. Ajudaria também a conter as expectativas especulativas que o preço do combustível aumente durante a retoma. Entretanto, tais reservas têm custos, dependendo do seu tamanho, que precisam de ser avaliados minuciosamente com eventuais benefícios.

6. **Investir na protecção social.** Iniciativas globais de protecção social são necessárias a fim de evitar os riscos que correm os pobres, devido ao acesso limitado aos alimentos, em consequência da alta dos preços. A hierarquia de intervenções apropriadas de protecção social inclui ambos acções protectoras visando aliviar os riscos a curto prazo; bem como acções preventivas visando excluir consequências negativas a longo prazo. A introdução ou a aceleração destas intervenções é complexa, associada a custos consideráveis e dependem de uma base de conhecimento e da capacidade. No centro das acções protectoras estão os **programas condicionais de transferência de dinheiro, sistemas de pensão, e programas de emprego**. Estes programas existem em muitos países de baixo rendimento e devem ser acelerados. Onde tais intervenções não existem, programas definidos de transferência de dinheiro devem ser introduzidos a curto prazo. Porém, se os mercados de bens alimentícios funcionam de forma fraca ou não existem, a distribuição de alimentos é a melhor opção do que a entrega de dinheiro. Os **microcréditos**, que incluem ambos o crédito e a poupança, são também aconselhados para permitir aos pobres a evitarem acções drásticas tais como as compras desesperadas de factores de produção que podem danificar de forma permanente o seu futuro potencial de rendimento. As largas redes globais de instituições de microcréditos devem considerar responder às crises de preços ao aliviarem temporariamente as condições de reembolso, uma vez que os pobres precisam de acesso ao crédito de consumo de alimentos e alívio da dívida. Os programas **Preventivos de saúde e de nutrição** destinados aos grupos sociais vulneráveis (tais como mães, crianças de tenra idade, e pessoas vivendo com o VIH/SIDA) devem ser reforçados e acelerados para assegurar a cobertura universal. Esta medida é essencial para prevenir as consequência de longo prazo de desnutrição sobre a vida perpétua e a produtividade económica. Além disso, os programas de **alimentação escolar** pode desempenhar um papel importante para aumentar a escolarização, mantendo as crianças nas escolas e aumentando as suas probabilidades de sucesso escolar. As intervenções devem ser coordenadas com acções de emergência já mencionadas (Acção 1). Muitas destas acções devem ser levadas a cabo a nível nacional, mas muitos países não possuem os recursos necessários para as implementar. Os doadores devem aumentar os apoios destes programas em conjunto com revisões sólidas de despesas públicas. Estas etapas podem prevenir as consequências negativas a longo prazo de malnutrição das crianças de tenra idade, proteger os activos dos pobres, bem como manter as taxas de participação escolar.

7. **Priorizar os investimentos para o crescimento agrícola sustentável.** A fim de transformar a crise numa oportunidade para os agricultores e edificar a resistência às crises alimentares futuras, é necessária uma transição para investimentos viáveis de longo prazo em apoio a um crescimento agrícola sustentável. Tais investimentos são particularmente necessários em perspectiva aos factores de stress emergentes para a agricultura em consequência das alterações climáticas que ameaçam perpetuar as crises actuais. Investimentos

para um crescimento agrícola sustentável incluem maiores despesas públicas para as infra-estruturas rurais, serviços, pesquisa agrícola, ciência e tecnologia. Mecanismos novos e inovadores de segurança alimentar devem ser introduzidos e ensaiados em grande escala. A tecnologia de informação, os dados climatéricas melhoradas, bem como os altos retornos esperados para a segurança constituem inovações neste campo mais viável agora. Os países desenvolvidos devem facilitar a partilha da inovação agrícola e da pesquisa que são cruciais para aumentar a produtividade e a transformação dos pequenos agricultores. Os dirigentes Africanos devem cumprir com os seus compromissos assumidos na Declaração de Maputo que consiste em alocar 10 por cento dos orçamentos nacionais à agricultura logo que seja possível, no sentido de alcançar o crescimento agrícola tão desejado e os objectivos de redução da pobreza e da fome. A resposta necessária da oferta não é somente uma questão de expansão da produção a nível das explorações agrícolas, mas deve compreender também **toda a cadeia de valor alimentar**, com os actores do sector privado no processamento de alimentos e da indústria retalhista a desempenhar um papel determinante. Estes investimentos poderiam ter retornos elevados, não somente em termos de crescimento agrícola, mas também de redução da pobreza, ambas nas áreas rurais e urbanas através de uma maior produção e emprego e baixos preços dos alimentos.

8. **Completar a Ronda de Negociação de Doa a título da OMC.** A conclusão da Ronda de negociações de Doa a título da OMC é ainda tão relevante em tempos de alta de preços dos alimentos no sentido de reforçar o comércio regulamentado. Uma insuficiência mundial da oferta e enfrentando flutuações regionais e especificas aos países necessita de mais opções para o comércio e nada menos. Deve ser mais fácil para os países acordarem em tarifas agrícolas mais baixas quando os preços do mercado são altos, principalmente para os produtos sensíveis. Com a alta mundial dos preços dos alimentos, pode não haver necessidade de proporcionar apoios nacionais enormes ou subsídios de exportações aos agricultores nos países desenvolvidos. Os EUA já eliminaram as suas tarifas aplicadas sobre os cereais, mas ainda não reduziram as suas tarifas vinculativas, o que significa que não existe certeza sobre estes níveis a longo prazo. De igual modo, os agricultores americanos têm taxas baixas de empréstimo e programas de pagamento contraciclicais apesar do facto de que são projectados para beneficiar pouco deles nos próximos anos. Os decisores nos países desenvolvidos querem guardar as opções abertos em caso de queda dos preços. A situação alimentar actual deve ser vista, todavia, como uma oportunidade de introduzir maiores alterações nas negociações agrícolas que dizem respeito ao acesso dos mercados, apoio nacional e subsídios das exportações. Se estas oportunidades forem realizadas, podem levar a um comércio mais justo e aberto, ao uso mais eficaz dos recursos e a maior bem-estar para as populações dos países em desenvolvimento. Poderiam também ter um efeito estabilizador sobre os preços dos produtos agrícolas e ajudar a prevenir futuras crises.

IV. Os recentes rendimentos da Agricultura Africana

(a) O CAADP como uma Agenda colectiva para o Crescimento Agrícola, a Redução da Pobreza e a Segurança Alimentar e Nutricional

17. O Programa Integrado para o Desenvolvimento da Agricultura em África (CAADP) e a Declaração de Sirte sobre a Agricultura e a Água estão no centro dos Governos Africanos a título da iniciativa da UA/NEPAD no sentido de acelerar o crescimento e eliminar a pobreza e a fome entre os países Africanos. O objectivo principal do CAADP consiste em ajudar os países Africanos a alcançarem patamares elevados do crescimento económico através do desenvolvimento centrado na agricultura que elimine a fome, reduza a pobreza e a insegurança alimentar, bem como permita a expansão das exportações. Como programa da União Africana, emana e é apropriada e guiado pelos Governos Africanos. Apesar seja de âmbito continental, é parte integrante dos esforços nacionais visando promover o crescimento do sector agrícola e o desenvolvimento económico. Não é um conjunto de programas supranacionais a serem implementados individualmente pelos países. Antes pelo contrário, é um quadro comum, reflectido num conjunto de princípios e de metas que foram definidos e estabelecidos pelos Chefes de Estado e de Governo, no sentido de: (i) guiar as estratégias nacionais e os programas de investimentos; (ii) permitir a aprendizagem e a revisão pelos pares a nível regional; e (iii) facilitar um maior alinhamento e harmonização dos esforços de desenvolvimento.

18. O CAADP, como um quadro comum para acelerar o desenvolvimento e crescimento do sector agrícola a longo prazo entre os países Africanos, centra-se nos seguintes princípios e metas principais:

i. o princípio de um crescimento baseado na agricultura com uma maior estratégia para alcançar o Objectivo do Milénio para o Desenvolvimento de redução da pobreza;

ii. prosseguir uma média anual de crescimento do sector agrícola de 6 por cento a nível regional;

iii. a alocação de 10 por cento dos orçamentos nacionais ao sector agrícola e a exploração da complementaridade e da cooperação regionais a fim de impulsionar o crescimento;

iv. os princípios de eficácia das políticas, do diálogo, da revisão e da prestação de contas, comuns em todos os programas da UA/NEPAD;

v. os princípios de parcerias e de alianças para incluir os agricultores, os negócios do sector agrícola e as organizações da sociedade civil;

vi. os princípios de implementação atribuindo os papeis e responsabilidades da implementação dos programas aos países individualmente; o da coordenação a certas Comunidades Económicas Regionais; bem como o da facilitação ao Secretariado da NEPAD.

(b) Melhoramento considerável dos Rendimentos globais de crescimento económico e agrícola entre os países Africanos nos últimos 10 anos

19. Distinguem-se três períodos principais no recente crescimento económico e nos rendimentos da África em relação à redução da pobreza e no quadro da segurança alimentar e nutricional: um primeiro período de taxa de crescimento positivo per capita do Produto Interno Bruto (PIB) ao longo da primeira década pós-independência, seguido de um segundo período de cerca de 20 anos de crescimento negativo do rendimento per capita de 1974 a 1993. A diminuição no rendimento per capita parou nos meados dos anos 1990; seguido de um terceiro período, que é o mais longo (1994 – 2005) de um crescimento positivo sustentado do rendimento per capita no continente desde princípios dos anos 1970.

20. Além disso, houve um aumento fixo no nível de produção alimentar per capita ao longo dos últimos 10 anos. O processo de retoma que começou em finais dos anos 1990 acelerou durante a última década e alcançou neste momento taxas médias de crescimento de 6 por cento por ano para o PIB e de 4 a 5 por cento para a agricultura. Ao contrário dos anos anteriores, o crescimento na agricultura foi acompanhado de um forte crescimento global dos níveis de produtividade no sector. Um outro desenvolvimento encorajador é o facto de que a retoma do crescimento económico e agrícola não está simplesmente a acelerar, mas também está a expandir-se largamente para cobrir mais países, tendo o número de países com taxas de crescimento elevados aumentado consideravelmente ao longo dos últimos cinco anos. As provas de um crescimento mais sustentado e rápido durante os últimos 10 anos comparadas às das duas décadas e meia anteriores é um sinal positivo. O desafio que se coloca agora é de manter esta tendência a médio e longo prazo, e até acelerá-la durante as próximas décadas se o continente quiser efectuar uma transformação real do sector agrícola e alcançar os objectivos do CAADP. Em termos comparativos, convém notar que a Índia, durante a revolução verde, registou um crescimento de produção agrícola de 6 por cento, muito próximo das taxas de crescimento que muitos países Africanos estão a registar hoje. Existe cerca de uma dúzia de países que cresceu a uma taxa anual de 5 por cento ou superior entre 2003 e 2005, estando muito próxima à meta de 6 por cento prevista pelo CAADP. Em geral, o número de países que alcançaram ou ultrapassaram a meta de crescimento de 6 por cento definida pelo CAADP para a agricultura passou de 5 a 11 países desde 2003.

21. Não obstante, as recentes mudanças, as tendências actuais nos rendimentos do sector económico e agrícola da África precisam de ser aceleradas e alargadas no sentido de alcançar as mudanças desejadas nos níveis de pobreza e de malnutrição dentro dos prazos definidos a título dos Objectivos do Milénio para o Desenvolvimento (OMD). A mensagem principal é de que os recentes rendimentos de crescimento em África precisam de serem sustentados, alargados e acelerados no sentido de reduzir significativamente a pobreza. O que devem necessariamente fazer os países Africanos é aprenderem as lições dos sucessos dos últimos dez anos e levarem a cabo as políticas necessárias e as medidas de investimento para acelerar e expandir o processo de crescimento.

22. **A agricultura permanece o sector através do qual o maior crescimento e a redução da pobreza podem ser alcançados.** Os rendimentos de crescimento do sector agrícola durante os últimos dez anos indicam, com efeito, que as mudanças necessárias para reduzir significativamente a pobreza e eliminar a malnutrição estão

ao alcance de muitos países Africanos. Projecções do Instituto Internacional de Pesquisa de Política Alimentar (IFPRI) indicam, de facto, que os países Africanos poderiam alcançar progressos significativos para a redução da pobreza e alcançar a segurança alimentar e nutricional nos próximos 15-20 anos ao definirem estratégias de políticas e de investimento visando: (i) aumentar a taxa média de crescimento da produção agrícola em 50 por cento; e (ii) acelerar as taxas globais de crescimento do PIB entre 6,5 a 8 por cento, para além do aumento de 50 por cento do número de cabeças de gado.

23. Num futuro previsível e para a maioria dos países Africanos, a agricultura vai permanecer o sector mais importante no combate à redução da pobreza e alcançar a segurança alimentar e nutricional. A grande maioria dos pesquisadores nos domínios do crescimento económico e da redução da pobreza mostraram que o caminho mais eficiente para reduzir a pobreza de forma sustentável consiste em aumentar a produtividade e os retornos aos recursos de que dependem as populações pobres para a sua subsistência. Em quase todos os países Africanos, estes recursos são a terra para a agricultura e a mão-de-obra e a mão-de-obra rural fora da agricultura.

Iniciativas em curso pela União Africana em resposta à Alta de Preços dos Produtos Alimentares

24. Em colaboração com a Nova Parceria para o Desenvolvimento da África (NEPAD), a Comissão da UA, através do seu Departamento de Economia Rural e Agricultura (DREA), responsabilizou-se de iniciar, promover e facilitar a implementação de políticas, estratégias e programas que contribuem para a transformação da economia rural com o aumento da produtividade agrícola, a conservação e protecção dos recursos naturais, assim como o melhoramento do aspecto sustentável do meio ambiente. No quadro do CAADP, a Declaração de Sirte de 2004 sobre a Agricultura e a Água, a Declaração de Abuja de 2006 sobre os Fertilizantes, a Declaração de Abuja de 2006 sobre a Segurança Alimentar o Objectivo nº1 do Milénio para o Desenvolvimento que consiste em reduzir de metade o número de pessoas vivendo em extrema pobreza e fome até 2015, a Comissão está a implementar um conjunto de iniciativas que visam aumentar a produtividade agrícola e reduzir a insegurança alimentar a nutricional.

25. O Plano de Acção da Comissão para a agricultura identifica quatro (4) objectivos estratégicos seguintes:

a. Melhorar os sistemas agrícolas e de produtividade com vista a alcançar a segurança alimentar, aumentar a qualidade nutricional, bem como expandir os mercados de exportação para os produtos agrícolas;

b. Promover medidas visando optimizar o desenvolvimento de uma agricultura sustentável com o melhoramento consequente do meio ambiente, da água e de outros recurso naturais;

c. Promover a diversificação da economia rural no sentido de aumentar o emprego e os rendimentos; e

d. Reforçar as capacidades humanas e institucionais para o desenvolvimento rural.

Eis algumas iniciativas que têm uma relevância directa sobre o problema actual de alta de preços de produtos alimentares:

(a) A Iniciativa do Mercado Comum Africano para os Produtos Alimentares

26. O Comércio internacional da África nos produtos agrícolas representa menos de cinco (5) por cento do comércio mundial de produtos agrícolas. Em razão do acesso limitado aos mercados regionais e internacionais, muitos países Africanos são incapazes de gerar rendimentos adequados necessários para adquirir os factores de produção requeridos para aumentar a produtividade agrícola. A fim de promover um maior acesso aos mercados regionais e internacional para os produtos agrícolas e alimentares da África, a Comissão, em colaboração com a *Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO)* está a levar a cabo uma iniciativa de estabelecer um *Mercado Comum Africano para os Produtos Alimentares* que funcionar como um catalisador para aumentar a produtividade agrícola, garantir a segurança alimentar e reduzir a pobreza. A visão desta iniciativa provém dos Pilares 2 e 3 do quadro do CAADP, bem como das várias Declarações e Decisões dos Chefes de Estado e de Governo Africanos, nomeadamente, o Plano de Acção de Lagos, o Tratado de Abuja, o Acto Constitutivo da União Africana e os Tratados que estabelecem as Comunidades Económicas Regionais. A Iniciativa visa avaliar o estado da oferta e da procura para os produtos agrícolas de base; abordar questões de barreiras à integração do mercado; identificar mudanças políticas e jurídicas que os Estados-membros devem necessariamente implementar; identificar estratégias para apoiar os Governo na avaliação e harmonização dos seus respectivos quadros e obrigações jurídicas; assim como identificar opções para reforçar e harmonizar os regimes comerciais no contexto das Comunidades Económicas Regionais existentes.

(b) A Iniciativa Pan-africana de Política Fundiária

27. Um factor importante que contribuiu para o fraco rendimento da Agricultura Africana e os consequentes preços elevados dos principais produtos agrícolas de base é o acesso limitado aos recursos de produção, em particular para os pequenos e médios produtores. Os pequenos e médios produtores agrícolas em África não têm acesso adequado aos recursos produtivos tal como a terra. Por exemplo, as mulheres produzem a maioria dos alimentos em África, mas não têm acesso equitativo à terra para agricultura. Como contribuição principal na produção agrícola, o acesso à terra para produção é essencial para o aumento da produtividade agrícola. Abordar as questões relativas à terra é, por conseguinte, crucial para alcançar uma maior produção agrícola em África.

28. O melhor ponto de partida para garantir o acesso à terra, especialmente para os pequenos e médios agricultores é o facto dos Governos nacionais estabelecerem uma boa lei agrária. A fim de apoiar os Governos a formularem e implementarem políticas agrárias sólidas, a Comissão da UA está a colaborar com a Comissão Económica das Nações Unidas para a África (CEA), o Banco Africano de Desenvolvimento (BAD) e as Comunidades Económicas Regionais (CER's) para desenvolver um Quadro e Directrizes sobre a Lei Agrária em África que vai apoiar os esforços nacionais, regionais e continentais para formular e implementar políticas fundiárias sólidas que possam reforçar os direitos a propriedade, facilitar o investimento e garantir a segurança do acesso à terra para os pobres rurais e urbanos, como uma base de assegurar a sua subsistência e melhor a segurança alimentar.

(c) O Quadro para a Segurança Alimentar da África e a Iniciativa Pan- africana de Nutrição

29. O Pilar III do CAADP centra-se na insegurança alimentar crónica e sobre a vulnerabilidade das populações afectadas por várias crises e emergência. O Pilar identifica os elementos principais da visão do CAADP para assegurar que a produtividade agrícola crescente, mercados bem integrados e um maior poder de compra dos grupos vulneráveis contribuem para a erradicação da fome, da malnutrição e da pobreza. A fim de tornar o Pilar III do CAADP operacional, a UA e a NEPAD, em colaboração com o Centro Africano para a Segurança Alimentar da Universidade do Kwazulu-Natal (UKZN) e o Comité Permanente Inter-Estados de Luta contra a Seca no Sahel (CILSS) desenvolveram um Quadro para a Segurança Alimentar da África (FAFS) no sentido de guiar e apoiar os actores interessados em África a alcançarem simultaneamente os objectivos do Pilar III do CAADP e a larga Agenda Africana de Desenvolvimento da Agricultura. Este quadro aborda três desafios importantes de segurança alimentar, nomeadamente, a oferta alimentar inadequada, a Fome generalizada e persistente e a malnutrição; bem como a gestão inadequada das crises alimentares. O quadro visa proporcionar princípios, acções recomendadas, coordenação, revisão pelos pares e instrumentos para guiar as políticas nacionais e regionais; bem como estratégias, investimentos, contribuições dos parceiros e esforços de advocacia para vencer estes desafios, culminando com oferta alimentar crescente, baixo nível de fome e de malnutrição, assim com melhor gestão de riscos de segurança alimentar.

30. Ao lado dos FAFS temos a *Iniciativa Pan-africana de Nutrição (PANI)* destinada a atacar à natureza multisectorial e transfronteiriço da nutrição. Visa catalisar um processo de planificação do investimento, facilitação do reforço de capacidade e mobilização de recursos a fim de atacar o fardo da malnutrição. Através de uma abordagem designada "*Nutrition Lens – NL*" (Lente Nutricional), a iniciativa oferece um instrumento para a integração das perspectivas nutricionais e a perícia no processo de planificação regular do investimento. O PANI foi desenvolvido como uma chave e referência principal para proporcionar directriz aos diversos actores do sector e criar um projecto eficaz, bem como desenhar um programa, para além de resultados e efeitos concretos. O PANI deve ser utilizado plenamente aos níveis nacional e regional pelas CER's, como os executores de programas de segurança alimentar e nutricional procuram resolver as prioridades de segurança alimentar e nutricional no terreno.

(d) Melhoramento das Infra-estruturas Rurais e Capacidades Conexas para o Acesso ao Mercado

31. O Pilar II do CAADP visa acelerar o crescimento no sector agrícola através da capacitação dos empresários privados, incluindo pequenos comerciantes e agricultores, a fim de cumprir com os requisitos cada vez mais complexos de qualidade e de logística dos mercados nacionais, regionais e internacional, centrando-se nas cadeias de valor estratégico com o maior potencial de gerar um largo crescimento de rendimento e criar riquezas nas zonas rurais e no resto da economia. O Pilar centra-se nas acções políticas e regulamentares necessárias, desenvolvimento da infra-estrutura, esforços de reforço de capacidade, bem como parcerias e alianças que poderiam facilitar um desenvolvimento propício aos pequenos agricultores das cadeias de valor agrícola para estimular o crescimento de redução da pobreza nos países Africanos. A fim de abordar questões de acesso ao mercado para os produtos agrícolas e

alimentares africanos, a UA e a NEPAD, em colaboração com a Conferência dos Ministros da Agricultura das regiões da África Ocidental e Central (CMA/WCA) estão a desenvolver um Quadro para a Melhoria da Infra-estrutura Rural e de Capacidades Comerciais para o Acesso ao Mercado. O Quadro centra-se nos esforços visando expandir a base de oferta para responder às futuras oportunidades de procura e desenvolver as cadeias de valores a fim de aumentar a competitividade nos mercados nacionais, regionais e internacional.

VI. Iniciativas Específicas Recentes para responder à Alta de Preços dos Produtos Alimentares

(A) OFICINA DA UA/NEPAD SOBRE A ALTA DE PREÇOS DOS PRODUTOS ALIMENTARES

32. Em resposta à crise provocada pela alta dos preços dos alimentos, em particular tomando nota das manifestações e greves em alguns países Africanos, a UA/NEPAD organizou uma Oficina de quatro (4) dias para 18 países Africanos, a fim de identificar os constrangimentos induzidos de preços de alimentos e propor soluções práticas para a crise. A oficina teve a participação de representantes de mais de 30 parceiros ao desenvolvimento, ONG's, Associações dos agricultores, instituições de pesquisa e Comunidades Económicas Regionais (CER's). Um total de 160 pessoas participaram na oficina. A mesma constituiu um marco na edificação de uma resposta coordenada da Agricultura Africana e da Segurança alimentar e nutricional para a alta de preços dos alimentos no quadro e princípios do Programa Integrado para o Desenvolvimento da Agricultura em África (CAADP).

33. A oficina realçou que os efeitos da alta de preços dos alimentos têm consequências graves em África, especialmente para os países importadores líquidos de produtos alimentares onde o aumento dos preços dos produtos alimentares vai desviar os escassos recursos nacionais das actividades de desenvolvimento, a fim de satisfazer as necessidades urgentes de importação de alimentos e vai tornar difícil a luta contra a fome. Todavia, a oficina reconheceu também que a crise proporcionou uma oportunidade para edificação uma resposta coligada em todo o continente Africano, oferecendo um veículo para uma renascença da agricultura Africana que aumenta os rendimentos dos pequenos agricultores, reforça a subsistência, a nutrição e finalmente a segurança alimentar para a África.

34. A Oficina fez as seguintes recomendações:

1. a UA/NEPAD encorajou os Estados-membros a honrarem os seus compromissos para com a Declaração de Maputo de alocar pelo menos 10 por cento dos seus orçamentos nacionais ao desenvolvimento rural e agrícola, bem como instou os parceiros ao desenvolvimento a honrarem as suas promessas e compromissos no apoio ao desenvolvimento do sector agrícola;

2. os países participantes declararam que já iniciaram acções em resposta à crise utilizando os seus recursos nacionais. Os participantes congratularam-se com a assistência prestada pelos parceiros ao desenvolvimento e apelaram-nos a manterem e continuarem a assistência financeira e técnica de emergência a fim de resolver a crise actual e a agenda de desenvolvimento a longo prazo no quadro do CAADP;

3. os participantes apelaram ao sector privado (comerciantes, transportadores, homens de negócios dos factores de produção, instituições financeiras, etc.), organizações dos agricultores, ONG's, parceiros ao desenvolvimento, organizações nacionais e regionais de pesquisa, bem como Comunidades Económicas Regionais a desempenharem um papel pró-activo no crescimento e desenvolvimento do sector agrícola africano;

4. os participantes na oficina reconheceram também a necessidade de aumentar as capacidades de recursos humanos e financeiros da UA/NEPAD para acompanhar os resultados da oficina, facilitar a implementação do CAADP e apoiar os Estados-membros na busca contínua de soluções para responder ao choque significativo provocado pela alta de preços dos produtos alimentares;

5. Os participantes recomendaram que as recomendações da presente oficina fossem apresentadas nos próximos grandes fóruns e em reuniões tais como a TICAD IV, a Conferência de Alto Nível da FAO sobre a Segurança Alimentar, a 25ª Conferência Regional Africana da FAO, a Cimeira da UA e a Cimeira do G8;

6. Os participantes apelaram para uma acção imediata pelos Estados-membros para implementar as seguintes prioridades, enquanto uma assistência financeira e técnica adicional junto dos parceiros ao desenvolvimento:

   (a) As respostas imediatas a curto prazo incluem:

   - Assistência imediata ao grupo vulnerável através de assistência alimentar com alvos definidos e medidas de segurança claras incluindo as transferências de dinheiro e/ou de alimentos e de apoio nutricional;

   - Intensificação da produção agrícola através do uso e subsídios de factores de produção com alvos definidos, em particular os fertilizantes e as sementes melhoradas, assim como reforço do acesso à água e à irrigação de pequena escala para a produção agrícola;

   - Reforço da infra-estrutura do mercado; e

   - Melhoria da gestão pós-colheita e minimizar as perdas de armazenamento de cereais.

   (b) As respostas a médio e longo prazos incluem:

   - Desenvolver a infra-estrutura regional a fim de apoiar o desenvolvimento rural e agrícola;

   - Aderir aos acordos regionais de política comercial;

   - Desenvolvimento esquemas de irrigação e técnicas de recolha de água;

   - Reforçar as práticas contínuas de gestão de terra, incluindo a gestão e conservação do solo e da água;

   - Desenvolver a capacidade e acesso aos microcréditos;

- Melhorar a gestão de riscos agrícolas e conexos;
- aumentar as medidas claras de segurança produtiva para os pequenos e vulneráveis agricultores;
- aumentar a extensão agrícola e o desenvolvimento da pesquisa;
- melhorar a gestão pós-colheita e minimizar as perdas de armazenamento de cereais;
- reforçar as capacidades humanas e institucionais dos países para o desenvolvimento agrícola

7. os participantes identificaram e apelaram a todos os actores interessados a desenvolverem as seguintes prioridades-opções temáticas para a renascença agrícola africana:

    a. melhor gestão de risco e de análise de vulnerabilidade;

    b. maior oferta de produtos acessíveis através de uma maior produção e maiores vínculos de mercado;

    c. melhor acesso aos alimentos e maiores oportunidades económicas para os grupos vulneráveis;

    d. melhor qualidade da dieta alimentar através da diversificação de alimentos nutritivos entre os grupos-alvo.

8. acções de acompanhamento:

(a) Pelos Estados-membros

Os Estados-membros vão organizar uma reunião inicial dos actores para estabelecer um calendário para as consultas entre actores e finalizar o plano de resposta de curto prazo:

- preparar um plano de trabalho com um horizonte a curto prazo para abordar o plano a curto prazo;
- elaborar um programa a longo prazo para o processo alargado do CAADP como o roteiro do país; e
- estabelecer um processo acelerado de consulta dos actores interessados e de mobilização de fundos.

(b) Pelas Comunidades Económicas Regionais (CER's)

As CER's devem tomar medidas pró-activas sobre a sua assistência aos países sobre a resposta a curto prazo e os processos a longo prazo do CAADP:

- actualizar alista das missões conjuntas para cobrir os países participantes na oficina;

- plano de aceleração da implementação da mesa-redonda do CAADP, identificação da assistência técnica necessária; e

- preparar um plano de trabalho com um horizonte a curto prazo para tratar da resposta a curto prazo.

(c) Pela UA/NEPA

Um grupo de trabalho especial dirigido pelo Secretariado da UA/NEPAD apoiado pela FAO, PAM, IFAD, Banco Mundial, Instituições Pilares líderes e as CER's vai coordenar o acompanhamento activo e oportuno das decisões tomadas durante a oficina. Acções do Grupo de trabalho especial são:

- Facilitar a coordenação o apoio dos parceiros ao desenvolvimento para a programação das actividades a nível nacional ligadas, quer à resposta imediata, quer à resposta a longo prazo para a crise dos preços dos alimentos;

- Gerir a compilação e disseminação do fluxos de informação, monitorização do progresso da implementação das decisões tomadas durante a oficina no sentido de permitir a submissão de relatórios nos principais eventos regionais e mundiais nos próximos meses;

- Apoiar o diálogo com os parceiros ao desenvolvimento a nível nacional sobre as respostas à crise, bem como assegurar que os representantes locais dos parceiros ao desenvolvimento sejam adequadamente informados das decisões da oficina e dos compromissos dos Governos e dos parceiros ao desenvolvimento;

- Apoiar a formulação de pedidos para reprogramação de recursos das operações em curso ou, onde não houver operações em curso, na preparação de propostas para novos recursos;

- Tomar medidas concretas com os actores principais nacionais e os parceiros ao desenvolvimento sobre as maiores iniciativas necessárias para formular programas específicos para respostas a curto, médio e longo prazos à crise de preços dos alimentos coerentes com os objectivos do Pilar III do processo alargado de mesa-redonda do CAADP, incluindo o estabelecimento de uma equipa local, mobilização de apoio técnico, e acordo sobre um calendário de realização do plano e realização de uma mesa-redonda;

- Facilitar o engajamento das CER's em proporcionar o apoio político ao processo, bem como às instituições líderes pilares a proporcionarem contribuições de assessoria técnica para a concepção das intervenções;

- Rever as propostas de calendário da programação conjunta das missões em resposta à crise dos preços dos alimentos; e

- Apoiar os países criarem vínculos entre os programas a curto, médio e longo prazos.

35. Missões conjuntas UA/NEPAD, FAO, PAM, IFAD e Banco Mundial para implementar as recomendações da oficina já foram realizadas em Moçambique e estão

previstas outras aos seguintes países em Junho e Julho: Sierra Leone, Senegal, Malawi, Mali, Mauritânia, Uganda e Zâmbia, com outros países que vão seguir dentro em breve.

(B) CONFERÊNCIA DE ALTO NÍVEL SOBRE A SEGURANÇA ALIMENTAR MUNDIAL: OS DESAFIOS DAS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS E DAS BIOENERGIAS

36. A Conferência de Alto Nível sobre a Segurança Alimentar Mundial: Os Desafios das Alterações Climáticas e das Bioenergias, teve lugar na sede da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO), em Roma, Itália, de 3 a 5 de Junho de 2008. Dos 180 países presentes, 43 fizeram-se representar ao nível dos Chefes de Estado, os outros fizeram-se representar a nível de Vice-presidentes, Chefes de Governo, Subchefes de Governo, Príncipe herdeiro, Ministros e Embaixadores ou outro alto nível de representação governamental oficial.

37. Um dos principais desenvolvimentos da Conferência foi a renovação dos esforço financeiro e das promessas feitas por várias instituições para combater a fome e para o desenvolvimento agrícola. Os valores monetários prometidos vão beneficiar os países fortemente afectados pela crise mundial actual de alimentos, permitindo-lhes produzir alimentos suficientes para os próprios países nas próximas épocas de sementeira, bem como ajudando-os a alcançar uma segurança alimentar contínua através do investimento na agricultura e na pesquisa. As instituições abaixo indicadas fizeram as seguintes promessas financeiras:

- Banco Africano de Desenvolvimento: mil milhões de dólares;
- França: 1,5 mil milhões de dólares (durante cinco anos);
- Japão: 150 milhões de dólares;
- Banco Islâmico de Desenvolvimento: 1,5 mil milhões de dólares (durante cinco anos);
- Kuwait: 100 milhões de dólares;
- Países Baixos: 75 milhões de dólares;
- Nova Zelândia: 7,5 milhões de dólares;
- Espanha: 773 milhões de dólares (durante quatro anos);
- Reino Unido: 590 milhões de dólares;
- Venezuela: 100 milhões de dólares;
- UN CERF: 100 milhões de dólares;
- Banco Mundial: 1,2 mil milhões de dólares.

38. A Declaração adoptada pela Conferência de Alto Nível sobre a Segurança Alimentar Mundial vem a seguir como **Anexo 1**.

AFRICAN UNION UNION AFRICAINE

African Union Common Repository **http://archives.au.int**

Organs Assembly Collection

2008-06-30

Alta de preços dos alimentos: priorizar os investimentos a fim de combater a insegurança alimentar e nutriciona

União Africana

União Africana

http://archives.au.int/handle/123456789/2929

Downloaded from African Union Common Repository